

JORGE ANTONIO

NON VAL DE NADA... (4)

A vantagem do cronista da história sobre o historiador é que aquele pode lançar mão de inúmeros recursos literários para dar corpo à sua idéia. O historiador, não. Este tem de ficar obediente aos fatos, quando muito se permitindo uma interpretação de acordo com a escola ou o método de sua preferência. Neste caso, por exemplo, da validade ou não de vários atos de autoridades delegadas da coroa e de ações de indivíduos sujeitos àquele, em seu próprio nome ou interesse ou no interesse de organismos ou entidades privados, seculares ou temporais, o historiador se torna um escravo da documentação disponível ou de fontes conhecidas, repetidamente consultadas. Seu exame se circunscreve ao que está escrito ou gravado, diversificando suas conclusões de acordo com sua maneira de entender. Já o cronista envereda por outro caminho, utilizando tanto a analogia como as semelhanças. E pode mais ainda: — vai pelas entrelinhas, tecendo uma teia de argumentos com o recurso da dúvida, da interrogação e da comparação. Minha vantagem é esta. Estou na via da crônica, o que me dá as facilidades não apenas da irreverência mas, também, das reformulações dos conceitos — no momento mesmo em que estes vão sendo propostos. Essa é uma técnica que os partidários do primado da economia, ou da produção, nos destinos do homem, utilizam para desenvolver seus ensaios científicos, como a fazer reportagem do passado, dando-nos a imagem deste de acordo com a perspectiva permitida pelo seu ponto de vista. E' isso. Um ponto de vista do acontecido, a palavra do cronista. E todos sabemos que a visão está condicionada pelas luzes, isto é, pela maior ou menor intensidade luminosa da área observada. Onde há sombra, reside a incerteza que o historiador, por força de sua própria postura, reluta questionar. Ao cronista, porém, não repugna acender uma vela, para aumentar a iluminação artificial e assim facilitar-lhe divisar meandros capazes de explicar um pouco mais o que se tem mantido inexplicável à nossa curiosidade. E' essa questão, por exemplo, de muitos atos acabados registrados pela história, envolvendo autoridades e súditos da coroa, que não tiveram o império da validade, seja pelas vias legítimas, seja pela consumação dos fatos, que é uma espécie de legitimação, com o concurso do tempo. O episódio de Pindamonhangaba ilustra neste segundo sentido — foi um fato consumado o movimento dos moradores, erigindo a povoação em vila, que ficou irreversível — o que não dispensou a complementação legal, pois a coroa acabou dando seu necessário beneplácito. Não fôra assim, uma imposição de autoridade poderia — sob qualquer risco — fazer voltar as coisas em seu estado anterior. A via legítima, por seu lado, se exemplifica no caso de Santo André da Borda do Campo, e a aldeia de Piratininga. Para bem compreendermos os sucessos desse episódio, melhor a soléncia do cronista do que a rigorosa obediência do historiador aos fatos, escravo que é de uma metodologia científica, perigosamente especializada, seccionando-lhe a visão de conjunto. O resultado é a "moderação da imaginação", recomendada por Besselaar, que o mantém preso ao "que parece" e não ao que "pode ser". O "que é", naturalmente, será sempre o resultado final. Como porém, alcançarmos o final, se devemos ter sempre em mente o que recomenda Goethe? A história, diz ele,

tem de ser periodicamente reescrita.

E mesmo lançando mão dos recursos da ilação e da analogia, o historiador não verá mais do que está escrito — se se trata de documento escrito — mas o cronista, ao contrário, vê mais do que está escrito, porque seu papel é partir da dúvida, inerente ao reporter — quando a partida do historiador se dá na certeza. E' o caso daquele exemplo acima: um cronista como Guilherme de Almeida pode penetrar a verdade pelo ataiho da dúvida, enquanto os historiadores se prendem a uma volumosa documentação, cujo peso encobriu a leveza da malícia do curioso. Diz-se que os jesuitas fundaram S. Paulo — digladiando-se os partidários de Nobrega e os de Anchieta. Em que pese essa discrepância, é o que se vem avolumando afirmativamente na sequência das escolas e dos métodos científicos de pesquisa histórica. Porque seguiam as diretrizes dos especialistas, os historiadores não puderam ver o que o cronista — como Guilherme, o nosso poeta — facilmente distinguiu: havia uma outra história, ao invés da ilação recomendada pelo autor de Introdução aos Estudos Históricos, a curiosidade da comparação e a insistência em obter respostas a várias perguntas que deviam ser, mas nunca foram feitas. Era preciso fugir do simplismo que pretende distinguir a origem das povoações pelo nome que recebeu! — Piracicaba, diz Besselaar, foi originariamente indígena, porque o termo é nativo. Essa é uma ilação que não expressa a verdade. Nem nesse caso de Piracicaba e nem nesta contrapartida: como explica ele Santo André da Borda do Campo? Esta povoação foi indígena, mas o nome não indica! Como eu disse, é preciso fugir das soluções fáceis ou formais e nisto o cronista está muito mais à vontade. Por isso, nesta veia de irreverência, posso adentrar setores até aqui inabaláveis, para apontar as falhas ocultas, capazes de fazer ruir todo o edifício histórico construído sem a advertência da dúvida. Naquele exemplo de S. André e de Piratininga, tomando-se o ponto onde Guilherme e Mario Neme deixaram a questão, podemos completar a revisão assim: para uma fundação, uma criação uma ereção, no civil e no religioso, nas terras brasílicas sob o domínio e posse da coroa portuguesa, era indispensável estar-se autorizado, complementando isto pela confirmação régia. Martin Afonso estava, por isso João Ramalho pôde fundar S. André, pelo que recebeu foral. Os jesuitas daqueles anos tão festejados hoje em dia, não estavam. Nem mesmo para fundar mosteiro — e quem o disse foi D. Sebastião que, reportando-se a um propósito não efetivado por D. João III, resolveu, em 1568, conceder aos religiosos permissão para fundar mosteiros no Brasil. Até então, o que puderam fazer os jesuitas foi instalar casa e colégio, para o exercício de sua missão. Eram casas pias, que puderam ter mais tarde o nome de igreja, por uma questão de semântica, mas que estavam muito longe das prerrogativas de um templo indispensável ao paróquiato. E mesmo que se tratasse de igreja — fundamento da freguesia autônoma — não cabia a eles erigir esta, como não lhes cabia fundar povoação. Que fizeram, então? Arregimentaram os nativos, para encaminhá-los à conversão pela Fé. E só cuidavam dos nativos, porquanto os reinóis que aqui aportaram não ficavam sob a tutela dos religiosos e sim dos sacerdotes seculares, clérigos do Bispo, como dizia Nobrega, ou daqueles

que lhes fizeram as vezes, de outras ordens, mas não jesuitas. Como já salientei, várias vezes, esta é uma questão completa, a exigir uma dissertação mais ampla e que refoge ao esquema da retrospectiva.

Abordei o caso, agora, para evidenciar que não bastam as aparências para concluirmos que se efetivou uma fundação de povoação ou a ereção de uma freguesia. E nem mesmo basta que se tenha dito que tal ocorreu, numa coleção de documentos. Estes têm palavras e as palavras têm seus sentidos e seus efetivos significados. No caso dos nativos, envoltos pela Fé, mudaram apenas de lugares — juntaram-se, quando muito, as aldeias, mas, de qualquer forma já estavam aldeados, formavam o seu tipo de "povoação". — E nem mesmo se lhes deu o "aparato urbanístico" que só o futuro propagaria, mais de imitação que emulação.

Imitação, que foi o caso do Morgado, como veremos. — Diga-se, por enquanto que nos seus primeiros anos não teve ele, nos seus projetos populacionais, a "diretriz urbanística" adotada em derradeiras manifestações, apressando-se a copiar o que fizera o irmão de Pombal. E nem estava este aplicando uma idéia original, pois já no reinado anterior se conhecia e se aplicava o processo, como também veremos. Por ora, continuemos na esteira das coisas que, apesar de feitas, não passaram da aparência — isto é, não valeram. E o máximo que se conseguiu foi um compasso de espera, porque já então valia o clássico — volte, querendo.

E como eu quero, voltarei na próxima semana — para acentuar, exemplificando, que foram longos períodos de eventualidades os governos que tivemos nos idos da chamada colônia — mormente S. Paulo, que foi uma espécie de "cabeça de turco" no frigidar dos ovos e que precisou (ou teve a sorte?) do ilusório "eldorado do Jaguarí" (bem aqui por perto) para endireitar a vesga visão dos poderosos da hora, fazendo-os "perceber" que o Brasil não era apenas fronteiras e marinhas — o sertão era o tesouro. E se as coisas mudaram, não foi porque os Morgados que tivemos, manes de iniciativa todos eles, influíram nas decisões — era porque já estávamos nos constituindo um povo, cheio de vontade, que se somava à sua capacidade de fazer. Então, começaram a surgir povoações, freguesias, vilas e cidades, a expor um coração sufocado de ansiedade...

*** Em carta a D. João III, de 1551, na qual confessava que ele, tanto quanto Tomé de Sousa, também queria descobrir ouro no Brasil, Nobrega diz: "O colégio da Baía seja de V.A. para o favorecer porque está já bem principiado e haverá nele vinte meninos pouco mais ou menos, e mande ao governador que faça casas para os meninos, porque as que têm são feitas por nossas mãos e são de pouca duração..."

(Torre do Tombo, Lisboa, C.P. 1.a Maç, 86D. 125)

E de casa fala ele, repetidamente, o que vai fazer Anchieta, mais tarde. E quando não fala casa, diz colégio. E quando fala em igreja, é a dizer que Men de Sá quem mandou fazê-la — que é para saceroote, que resida entre os moradores... Bem, ainda veremos essa matéria, com o "espírito guilhermino".